

TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2013



Município de Gaspar

Data de Fundação – 18/03/1934

População: 62.618 habitantes (IBGE - 2012)

PIB: 1.668,18 (em milhões)
(IBGE - 2010)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	5
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	7
3.1. Apuração do resultado orçamentário	7
3.2. Análise do resultado orçamentário	8
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	9
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	16
4.1. Situação Patrimonial	17
4.2. Análise do resultado financeiro	17
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos	18
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	21
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	24
5.1. Saúde	24
5.2. Ensino	26
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	26
5.2.2. FUNDEB	28
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	31
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	31
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	32
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	34
6. CONSELHOS MUNICIPAIS	35
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)	36
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)	37
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	41
6.3.1. Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA	42
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	43
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)	43

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)	45
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010	46
8. RESTRIÇÕES APURADAS	50
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013	51
CONCLUSÃO	52
ANEXO	54
APÊNDICE	55

PROCESSO	PCP 14/00102895
UNIDADE	Município de Gaspar
RESPONSÁVEL	Sr. Pedro Celso Zuchi - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2013
RELATÓRIO N°	1924/2014

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Gaspar, relativas ao exercício de 2013.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2013 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Gaspar, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 22/05/2014 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos exercícios

anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

Os primeiros habitantes de Gaspar, os índios botocudos, foram dizimados com o início da colonização, a partir do século XVII. Os primeiros colonizadores foram os paulistas, que trouxeram consigo escravos cujos descendentes vivem na cidade. No século XVIII, chegaram os imigrantes dos Açores, seguidos por famílias de origem flamenga, espanhola e belga. Os imigrantes alemães chegaram em 1835 e os italianos, em 1875. Toda essa diversidade contribuiu para a formação da cultura local, que hoje se manifesta no folclore, na arquitetura, no artesanato, na gastronomia, na religiosidade, na literatura popular, nos meios de produção e no vestuário.

O Município de Gaspar tem uma população estimada em 62.618² habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,77³. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 1.668.182.134,00⁴, revelando um PIB per capita à época de R\$ 28.337,19, considerando uma população estimada em 2011 de 58.869 habitantes.

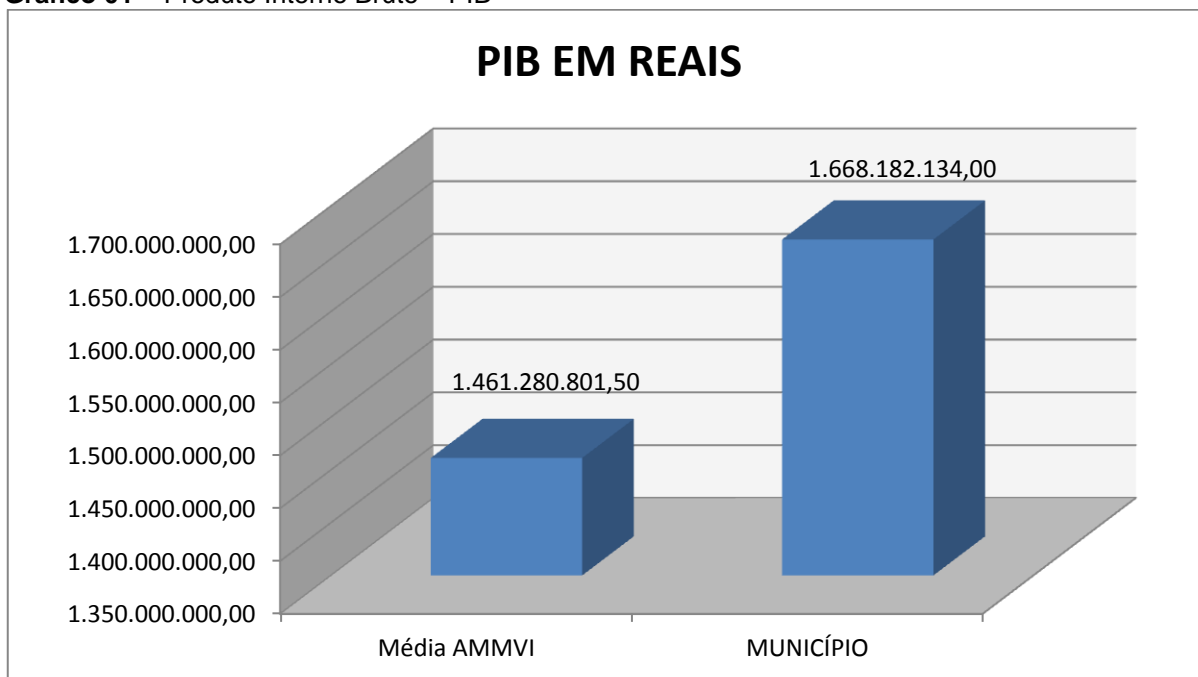
¹ Disponível em: www.sc.gov.br/portalturismo

² IBGE - 2013

³ PNUD - 2010

⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2011

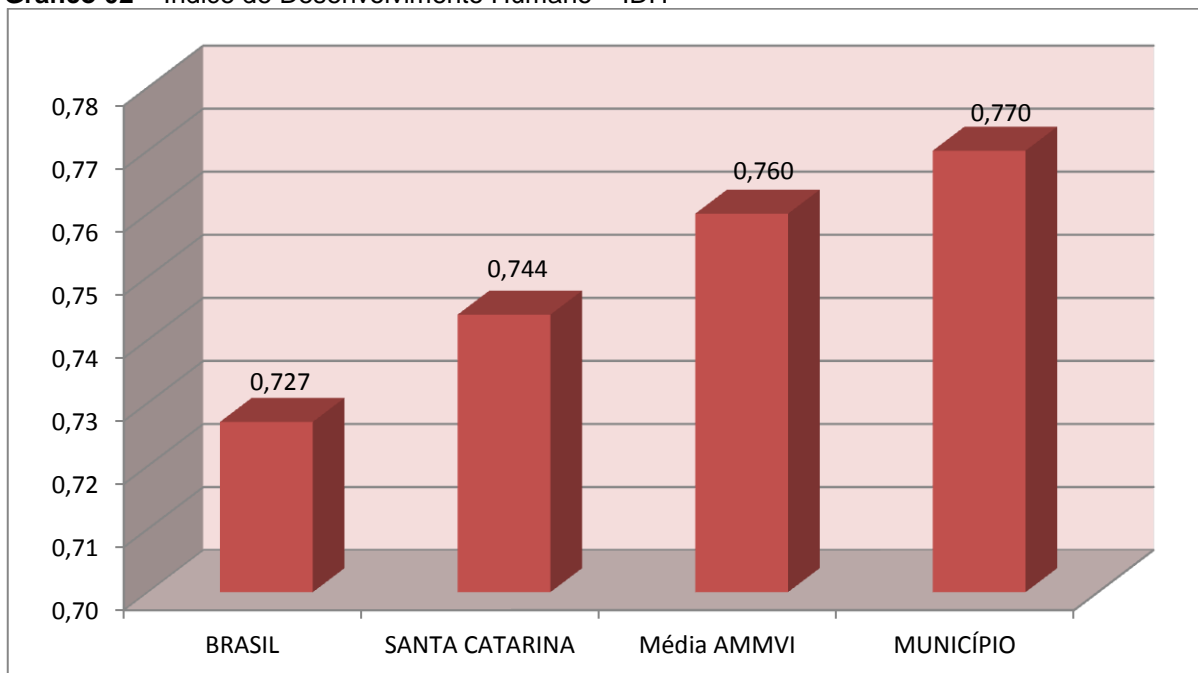
Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2011

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Gaspar encontra-se na seguinte situação:

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	283.466.000,00
PPA	3.130/2009	22/05/2009	DESPESA FIXADA	283.466.000,00
LDO	3.465/2012	25/06/2012		
LOA	3.484/2012	30/10/2012		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 5.278.314,70**, correspondendo a **3,55%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 5.278.314,70, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 5.720.975,32 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Déficit de R\$ 442.660,62.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2013

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	283.466.000,00	148.823.748,32	52,50
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	294.462.296,78	143.545.433,62	48,75
Superávit de Execução Orçamentária		5.278.314,70	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio financeiro ajustado e o resultado da execução orçamentária no montante de R\$ 1.174.166,95 considerando o cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 227.558,53, refere-se a diferença entre o ajuste efetuado no Resultado Financeiro do exercício anterior (R\$ 1.177.247,05), e aos Decréscimos Patrimoniais (R\$ 3.080,10).

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Gaspar nos últimos 5 anos:

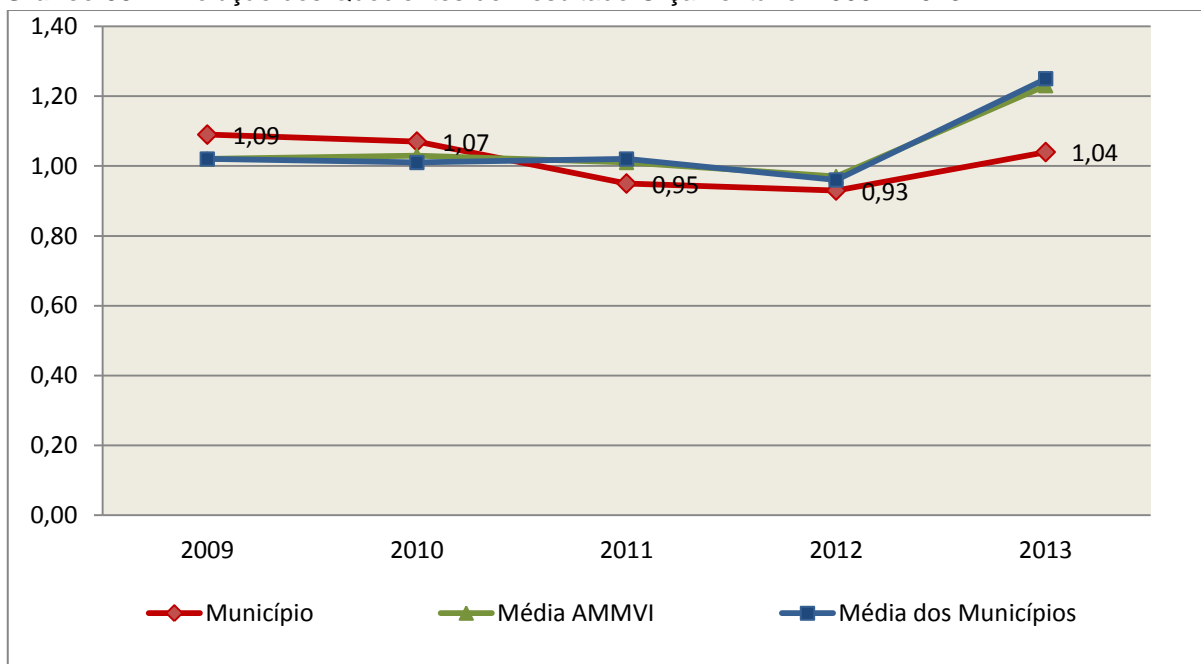
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2009-2013

ITENS / ANO		2009	2010	2011	2012	2013
1	Receita realizada	85.288.207,25	94.725.633,06	110.016.282,31	123.326.042,38	148.823.748,32
2	Despesa executada	78.301.109,70	88.168.051,86	115.796.309,26	132.276.490,39	143.545.433,62
QUOCIENTE		2009	2010	2011	2012	2013
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,09	1,07	0,95	0,93	1,04

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 148.823.748,32**, equivalendo a **52,50%** da receita orçada.

As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

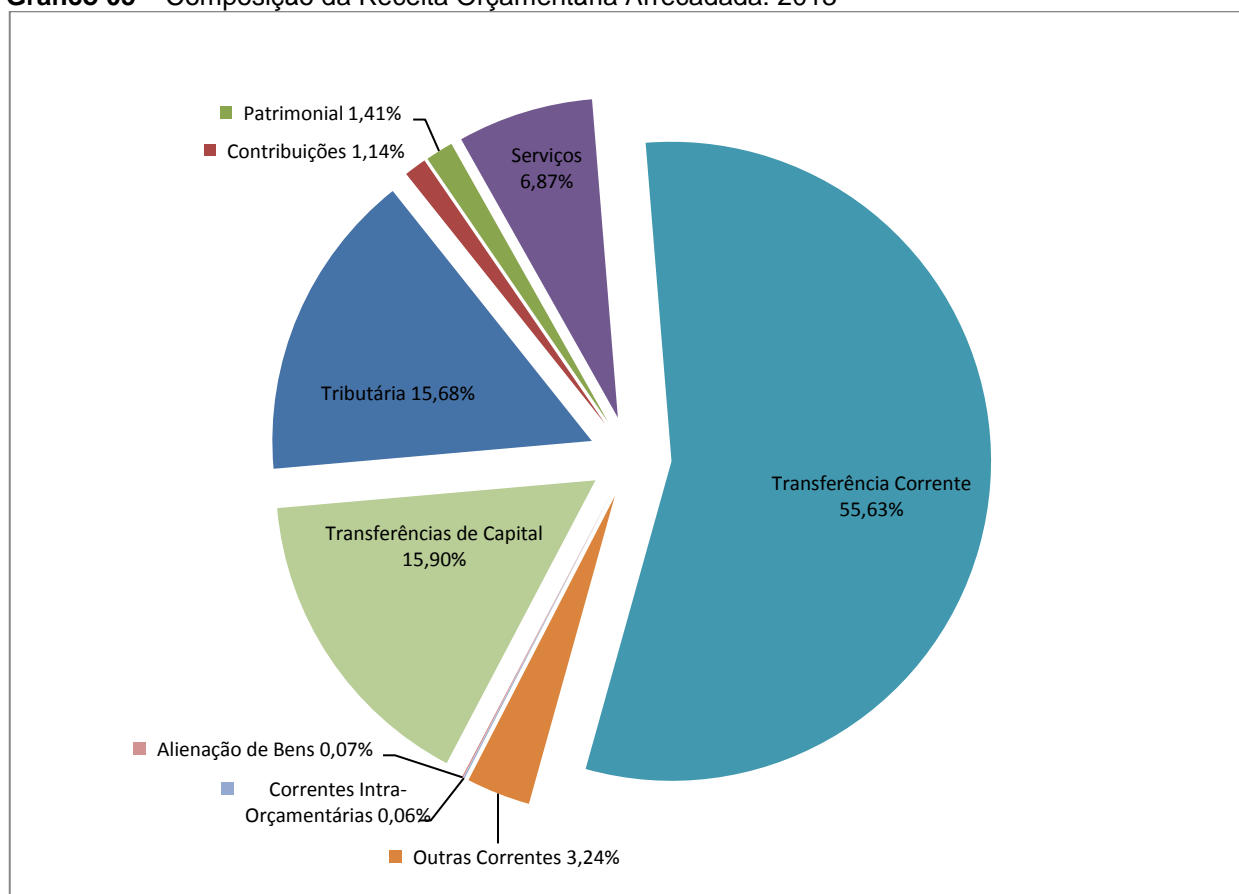
Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2013

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	24.464.700,00	23.339.596,51	95,40
Receita de Contribuições	2.055.000,00	1.689.381,26	82,21
Receita Patrimonial	2.771.089,00	2.096.507,52	75,66

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita de Serviços	9.599.668,79	10.224.678,94	106,51
Transferências Correntes	91.584.554,00	82.784.540,13	90,39
Outras Receitas Correntes	8.976.465,71	4.822.080,35	53,72
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	140.867,50	95.737,42	67,96
RECEITA CORRENTE	139.592.345,00	125.052.522,13	89,58
Operações de Crédito	22.354.398,00	-	-
Alienação de Bens	40.000,00	107.243,00	268,11
Transferências de Capital	121.479.257,00	23.663.983,19	19,48
RECEITA DE CAPITAL	143.873.655,00	23.771.226,19	16,52
TOTAL DA RECEITA	283.466.000,00	148.823.748,32	52,50

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 05 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2013

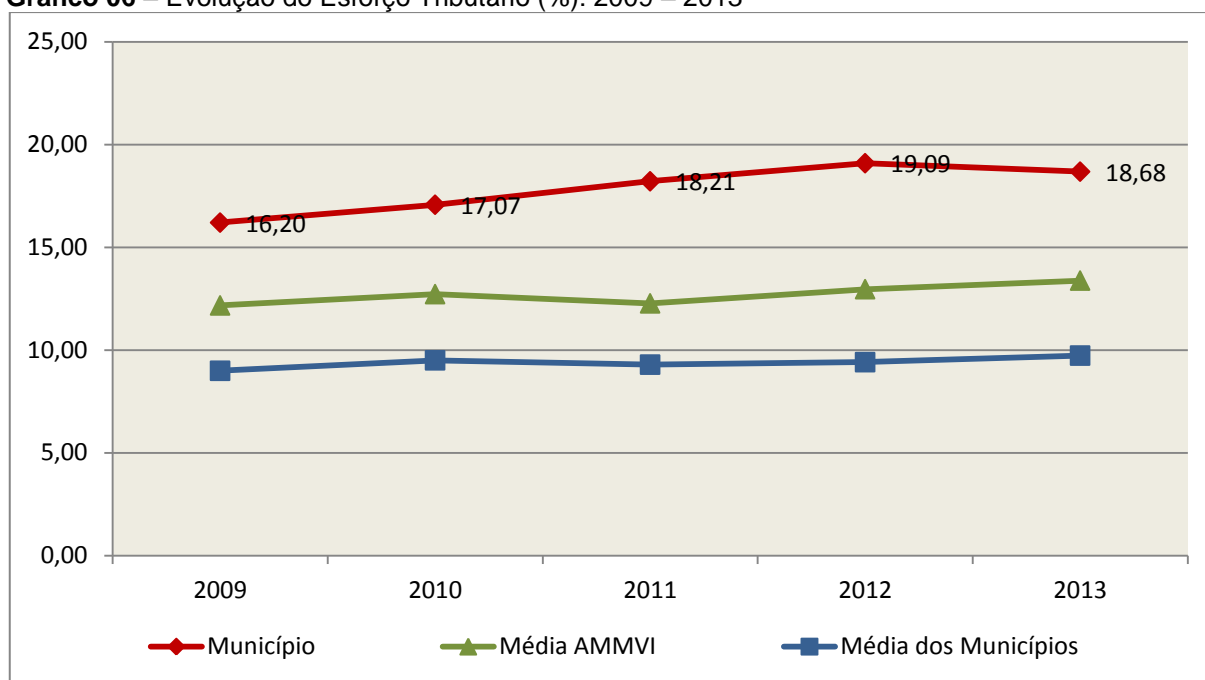


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **55,63%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 06 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2009 – 2013

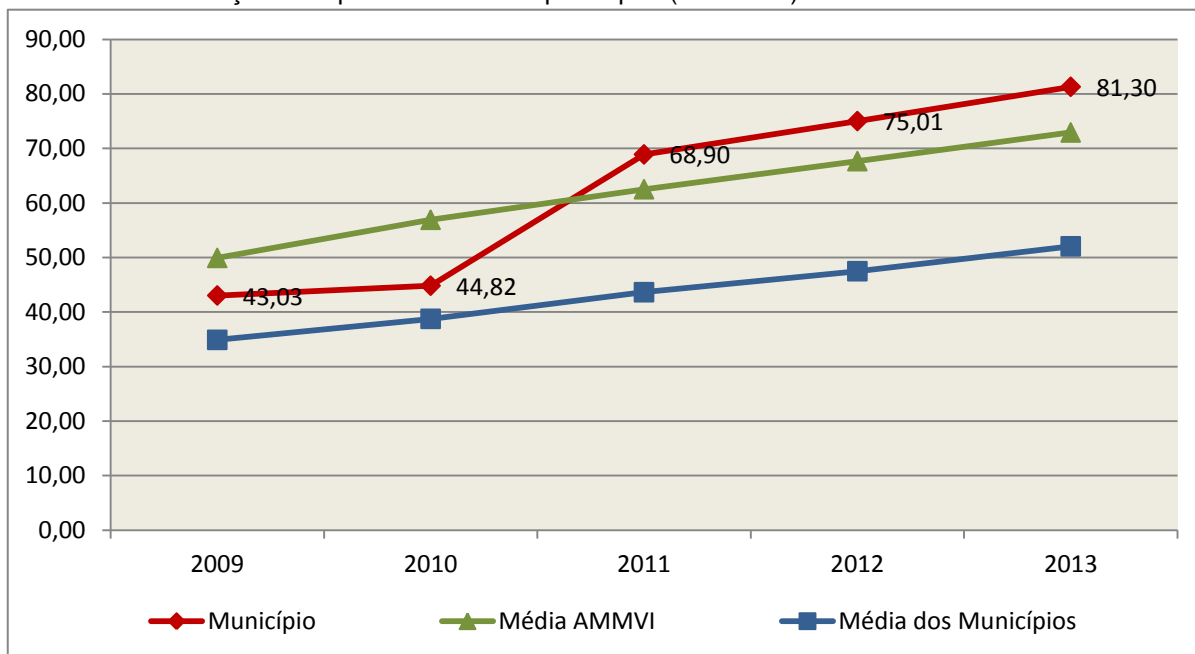


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 07 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

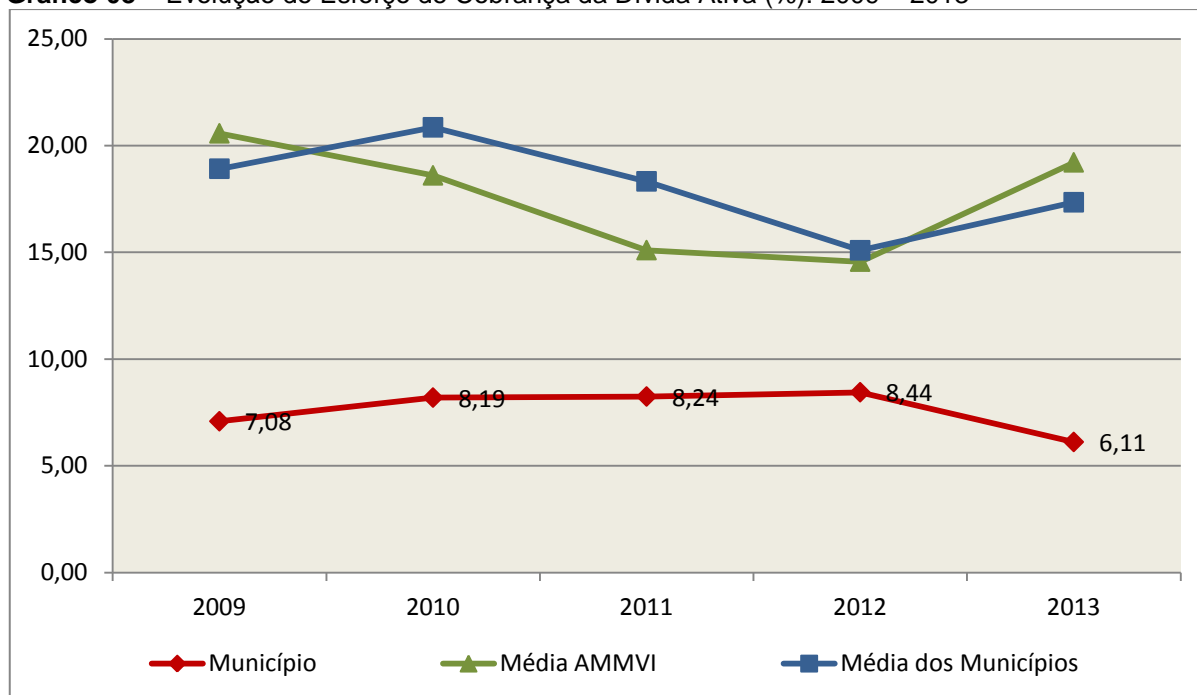
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2013

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
21.266.031,10	2.596.122,04	1.128,61	0,00	1.299.821,62	14.445,84	22.549.014,29

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 08 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2013

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO¹ (R\$)	EXECUÇÃO² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	4.800.000,00	2.853.003,96	59,44
03-Essencial à Justiça	1.143.029,00	1.080.686,43	94,55
04-Administração	19.228.877,23	12.724.415,83	66,17
06-Segurança Pública	2.169.000,00	1.166.881,97	53,80
08-Assistência Social	8.038.205,26	5.997.915,80	74,62
10-Saúde	26.775.915,44	24.334.890,15	90,88
12-Educação	44.246.655,45	36.668.719,05	82,87
13-Cultura	421.400,00	202.543,30	48,06
15-Urbanismo	136.034.708,19	38.707.358,24	28,45
16-Habitação	2.050.000,00	-	-
17-Saneamento	14.761.921,00	13.896.875,02	94,14
18-Gestão Ambiental	22.680.184,21	252.342,23	1,11
20-Agricultura	2.486.000,00	1.657.037,11	66,65

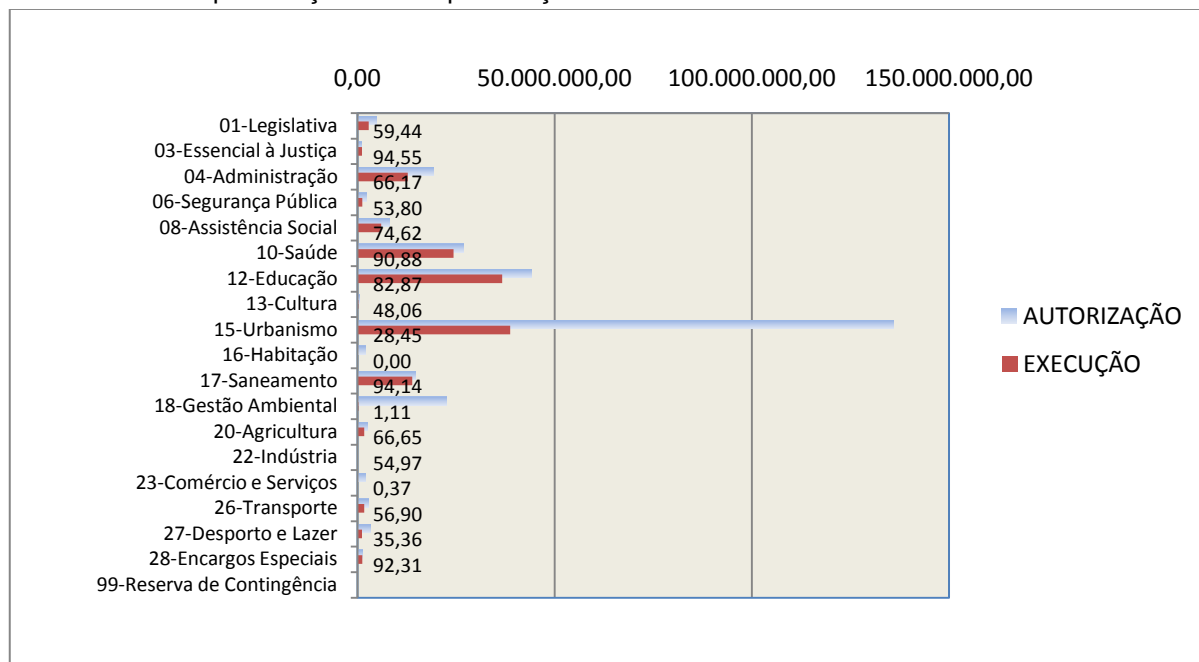
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
22-Indústria	20.000,00	10.993,00	54,97
23-Comércio e Serviços	2.037.916,00	7.634,56	0,37
26-Transporte	2.911.500,00	1.656.696,80	56,90
27-Desporto e Lazer	3.265.204,00	1.154.597,68	35,36
28-Encargos Especiais	1.270.503,00	1.172.842,49	92,31
99-Reserva de Contingência	121.278,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	294.462.296,78	143.545.433,62	48,75

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 09 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2013



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2009 – 2013

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2009	2010	2011	2012	2013
01-Legislativa	1.539.846,42	1.764.133,38	2.142.817,08	2.372.475,23	2.853.003,96
03-Essencial à Justiça	563.412,21	656.049,15	759.805,03	851.009,57	1.080.686,43
04-Administração	7.178.539,26	8.970.378,74	9.936.644,99	12.480.688,93	12.724.415,83
06-Segurança Pública	326.518,43	1.497.541,56	1.296.378,79	2.383.217,27	1.166.881,97
08-Assistência Social	3.904.752,27	4.396.353,45	4.972.085,77	4.507.837,32	5.997.915,80
10-Saúde	18.509.028,21	14.741.966,41	21.000.654,55	18.811.806,15	24.334.890,15
12-Educação	20.102.416,51	27.016.747,15	30.883.614,51	35.052.527,53	36.668.719,05
13-Cultura	145.806,02	144.035,73	233.353,66	206.586,80	202.543,30
15-Urbanismo	3.846.124,96	13.834.386,70	26.216.511,88	34.801.491,79	38.707.358,24
16-Habituação	15.112,33	25.920,00	47.879,86	-	-
17-Saneamento	8.822.993,20	9.665.223,89	11.397.510,07	12.484.706,06	13.896.875,02
18-Gestão Ambiental	43.298,51	47.678,76	-	-	252.342,23
20-Agricultura	1.259.746,87	1.618.908,29	1.503.485,78	1.750.164,22	1.657.037,11
22-Indústria	-	20.402,66	19.066,00	3.100,00	10.993,00
23-Comércio e Serviços	607.202,91	103.561,41	78.923,00	67.591,30	7.634,56
26-Transporte	8.999.390,52	2.083.441,92	2.260.639,46	2.773.417,27	1.656.696,80
27-Desporto e Lazer	1.301.764,61	960.716,52	1.769.469,80	1.380.674,40	1.154.597,68
28-Encargos Especiais	1.135.156,46	620.606,14	1.277.469,03	1.171.949,50	1.172.842,49
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	78.301.109,70	88.168.051,86	115.796.309,26	131.099.243,34	143.545.433,62

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2013

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	5.090.570,77	6,39
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	8.614.627,06	10,82
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	1.596.987,90	2,01
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	2.671.508,94	3,35
Cota do ICMS	33.955.246,11	42,64
Cota-Parte do IPVA	5.381.843,79	6,76
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	618.439,96	0,78

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Cota-Parte do FPM	20.240.273,10	25,42
Cota do ITR	39.608,98	0,05
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	157.113,73	0,20
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	728.338,14	0,91
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	538.358,98	0,68
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	79.632.917,46	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2013

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	136.894.763,68
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	11.937.978,97
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	124.956.784,71

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Gaspar (em Reais): 2012 – 2013

ATIVO	2012	2013	PASSIVO	2012	2013
Financeiro	18.459.855,79	22.574.965,65	Financeiro	6.733.497,31	5.345.814,04
Disponível	18.397.782,90	22.517.769,22	Depósitos	448.360,81	262.233,35
Bancos Conta Movimento	6.435.472,67	12.916.325,05	Consignações	352.156,32	199.294,46
Bancos Conta Vinculada	11.962.310,23	9.601.444,17	Depósitos de Diversas Origens	96.204,49	62.938,89
Realizável	62.072,89	57.196,43	Restos a Pagar	6.285.136,50	5.083.580,69
Créditos a Receber	62.072,89	57.196,43	Obrigações a Pagar	6.285.136,50	5.083.580,69
Permanente	74.741.071,73	84.678.718,97	Permanente	4.331.608,58	3.508.505,40
Créditos	1.400.477,42	422.339,42	Dívida Fundada	3.804.781,46	2.873.892,18
Devedores - Entidades e Agentes	1.400.477,42	422.339,42	Débitos Consolidados	526.827,12	634.613,22
Dívida Ativa	21.266.031,10	22.538.768,16	Precatórios a Pagar	185.929,78	384.427,92
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	21.266.031,10	22.538.768,16	Dívidas Renegociadas	64.673,00	44.582,21
Imobilizado	52.074.563,21	61.717.611,39	Obrigações a Pagar	276.224,34	205.603,09
Bens Móveis e Imóveis	52.022.282,42	61.662.634,60	DIVERSAS PROVISÕES	0,00	0,00
Bens Imóveis	29.589.664,47	37.405.238,24	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00	0,00
Bens Móveis	22.432.617,95	24.257.396,36			
Bens Intangíveis	52.280,79	54.976,79			
ATIVO REAL	93.200.927,52	107.253.684,62	PASSIVO REAL	11.065.105,89	8.854.319,44
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	SALDO PATRIMONIAL	82.135.821,63	98.399.365,18
			Ativo Real Líquido	82.135.821,63	98.399.365,18
TOTAL	93.200.927,52	107.253.684,62	TOTAL	93.200.927,52	107.253.684,62

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e Notas Explicativas (fls. 195/197).

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 17.229.151,61** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,24** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 6.680.040,18** passando de um Superávit de **R\$ 10.549.111,43** para um Superávit de **R\$ 17.229.151,61**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 11.794.311,04**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2012 - 2013

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Variação
Ativo Financeiro	18.459.855,79	22.574.965,65	4.115.109,86
Passivo Financeiro	7.910.744,36	5.345.814,04	-2.564.930,32
Saldo Patrimonial Financeiro Ajustado	10.549.111,43	17.229.151,61	6.680.040,18

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O saldo patrimonial financeiro foi ajustado pelas seguintes situações:

Quadro 11 – A – Ajustes do Patrimônio Financeiro (em Reais)

Descrição	Valor
Prefeitura: Despesas liquidadas, empenhadas e canceladas e/ou não empenhadas – Ajuste exercício anterior	913.099,91
Demais Unidades: Despesas liquidadas, empenhadas e canceladas e/ou não empenhadas – Ajuste exercício anterior	264.147,14
Total acrescido no Saldo Inicial do Passivo Financeiro	1.177.247,05

4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2013, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Gaspar, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11- B – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso (em reais)

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários *	1.141.915,85	Superávit
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	1.961,33	Superávit
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	1.605,46	Superávit
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) - R\$ 4.167,24	4.167,24	Superávit
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 0,00		
22 - Transferências de Convênios - Educação	936.290,98	Superávit
23 - Transferências de Convênios - Saúde	419.716,13	Superávit
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	87.371,76	Superávit
43 - Outras Especificações	0,00	Superávit
44 - Fundo Especial do Petróleo	109.279,59	Superávit
45 - Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	117.392,17	Superávit
46 - Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	183,91	Superávit
47 - Apoio a Pessoa Idosa - API	28.681,42	Superávit
48 - Programa de Atenção à Criança - PAC	0,00	Superávit
49 - Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD	43.609,69	Superávit
50 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	10.210,32	Superávit
51 - Programa Sentinela	65.677,12	Superávit
52 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	129.887,77	Superávit
53 - Transferências de Convênios – Assistência Social	92.672,61	Superávit
54 - Convênio Trânsito - Militar	136.438,17	Superávit
55 - Convênio Trânsito - Civil	1.781.028,96	Superávit
56 - Convênio Trânsito - Prefeitura	347.001,79	Superávit
58 - Salário Educação	756.034,78	Superávit
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	96.383,00	Superávit
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	6.370,81	Superávit
62 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	0,00	Superávit
63 - Bolsa Família	29.531,81	Superávit
64 - Atenção Básica	598.290,27	Superávit
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	387.470,17	Superávit
66 - Vigilância em Saúde	269.646,55	Superávit
67 - Assistência Farmacêutica Básica	139.356,50	Superávit
70 - Gestão SUS	449,07	Superávit
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	-9.442,77	Déficit
72 - Precatórios	0,00	Superávit
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	503,94	Superávit
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	108.301,76	Superávit
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-9.442,77	
RECURSOS ORDINÁRIOS		
00 - Recursos Ordinários	9.306.596,08	
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	48.674,81	
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	35.892,56	

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	9.391.163,45	Superávit

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge.

* As disponibilidades de caixa da Câmara Municipal de Gaspar e do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar, foram consideradas como recursos vinculados.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2009 – 2013

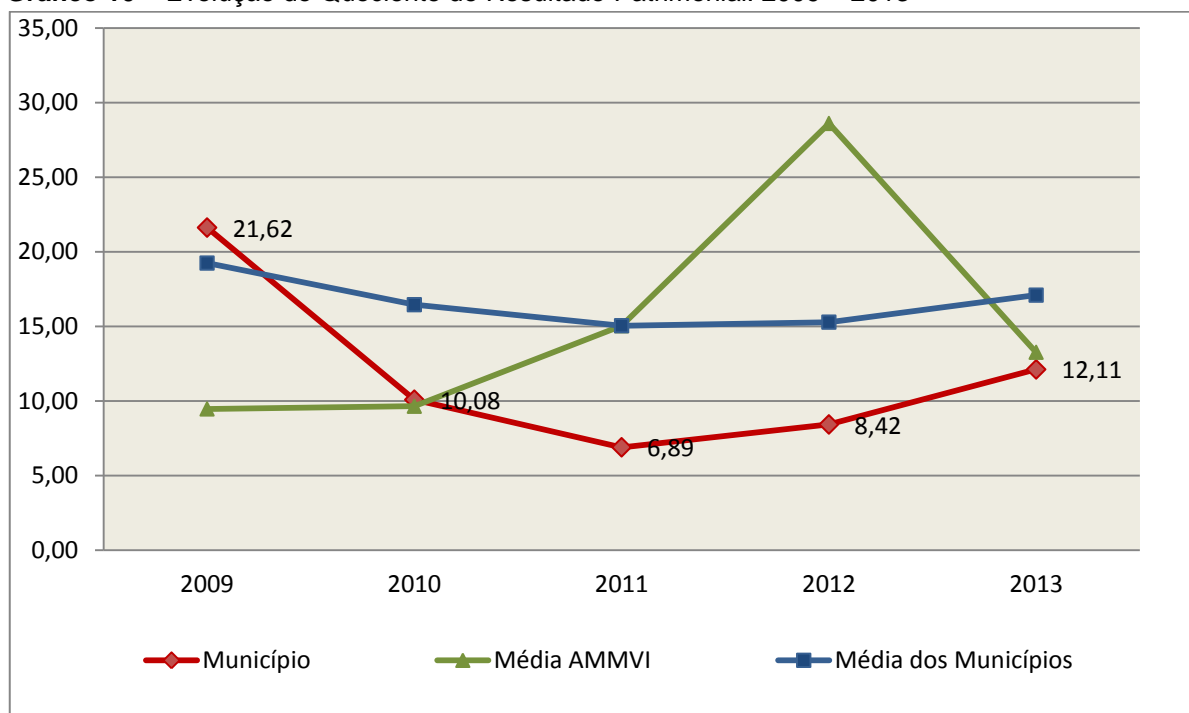
ITENS / ANO	2009	2010	2011	2012	2013
1 Despesa Executada	78.301.109,70	88.168.051,86	115.796.309,26	131.099.243,34	143.545.433,62
2 Restos a Pagar	1.171.123,27	3.989.473,66	9.754.477,14	6.285.136,50	5.083.580,69
3 Ativo Financeiro Ajustado	20.127.414,47	29.237.193,34	29.278.175,81	18.459.855,79	22.574.965,65
4 Passivo Financeiro Ajustado	1.603.969,80	4.283.310,88	9.982.795,26	7.910.744,36	5.345.814,04
5 Ativo Real	65.637.912,21	82.323.505,17	94.919.271,35	93.200.927,52	107.253.684,62
6 Passivo Real	3.035.667,63	8.170.532,68	13.780.229,89	11.065.105,89	8.854.319,44
QUOCIENTES	2009	2010	2011	2012	2013
Resultado Patrimonial (5÷6)	21,62	10,08	6,89	8,42	12,11
Situação Financeira (3÷4)	12,55	6,83	2,93	2,33	4,22
Restos a Pagar (2÷1)*100	1,50	4,52	8,42	4,79	3,54

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2009 – 2013



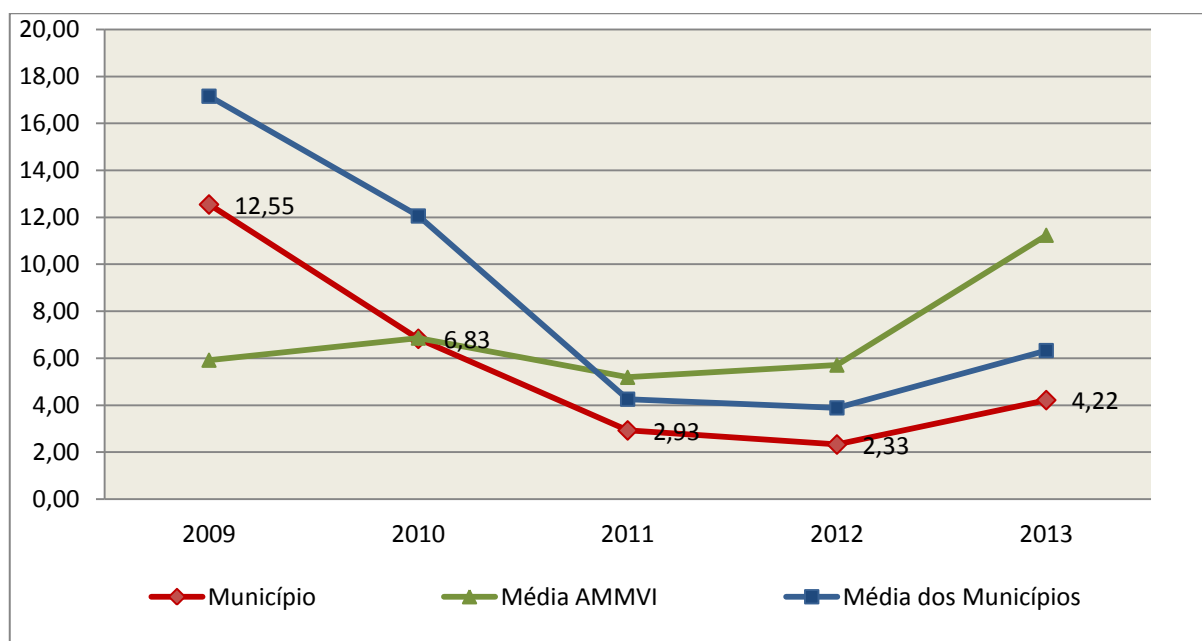
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2013 o Ativo Real apresenta-se **12,11** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 11 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

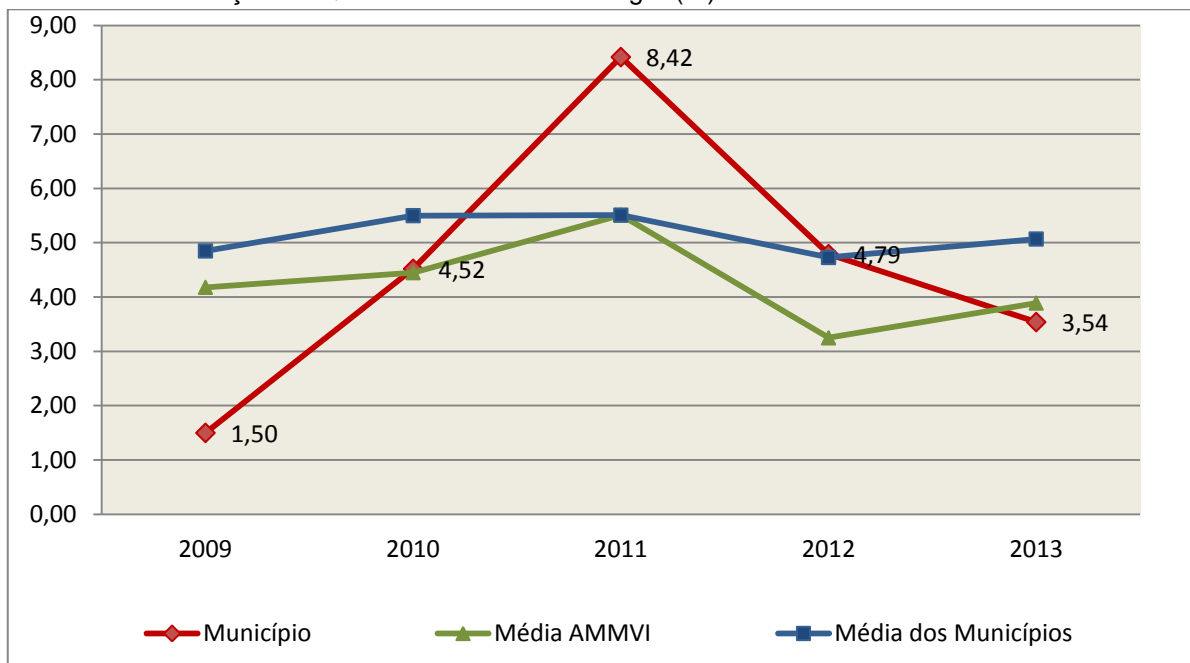
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2013 o Ativo Financeiro representa **4,22** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Gaspar é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **3,54%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2013 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 15.889.642,87** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **19,95%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 3.944.705,25**, representando **4,95%** do mesmo parâmetro,

CUMPRINDO o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2013

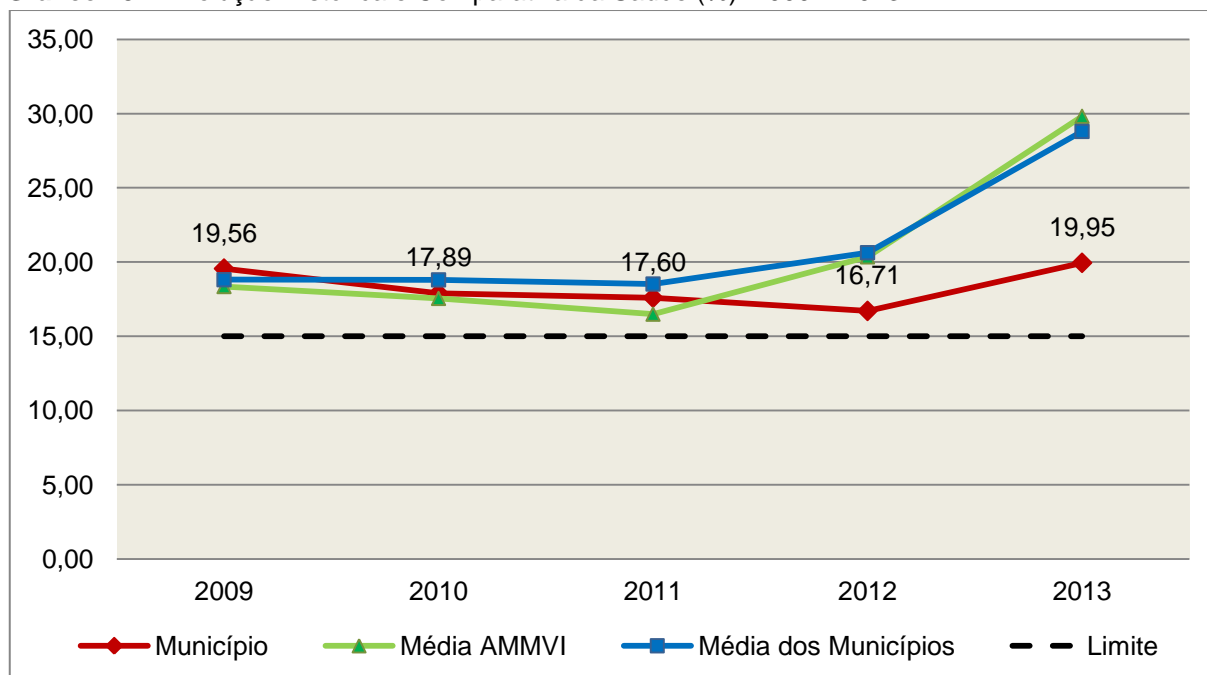
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	79.632.917,46	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	24.334.890,15	30,56
Atenção Básica	19.637.426,05	24,66
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.295.971,82	5,39
Vigilância Sanitária	244.265,56	0,31
Vigilância Epidemiológica	157.226,72	0,20
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	8.445.247,28	10,61
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	15.889.642,87	19,95
Valor Mínimo a ser Aplicado	11.944.937,62	15,00
Valor Acima do Limite	3.944.705,25	4,95

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Gaspar em 2013 aumentou seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2013) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 21.836.380,62** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **27,42%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 1.928.151,25**, representando **2,42%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2013

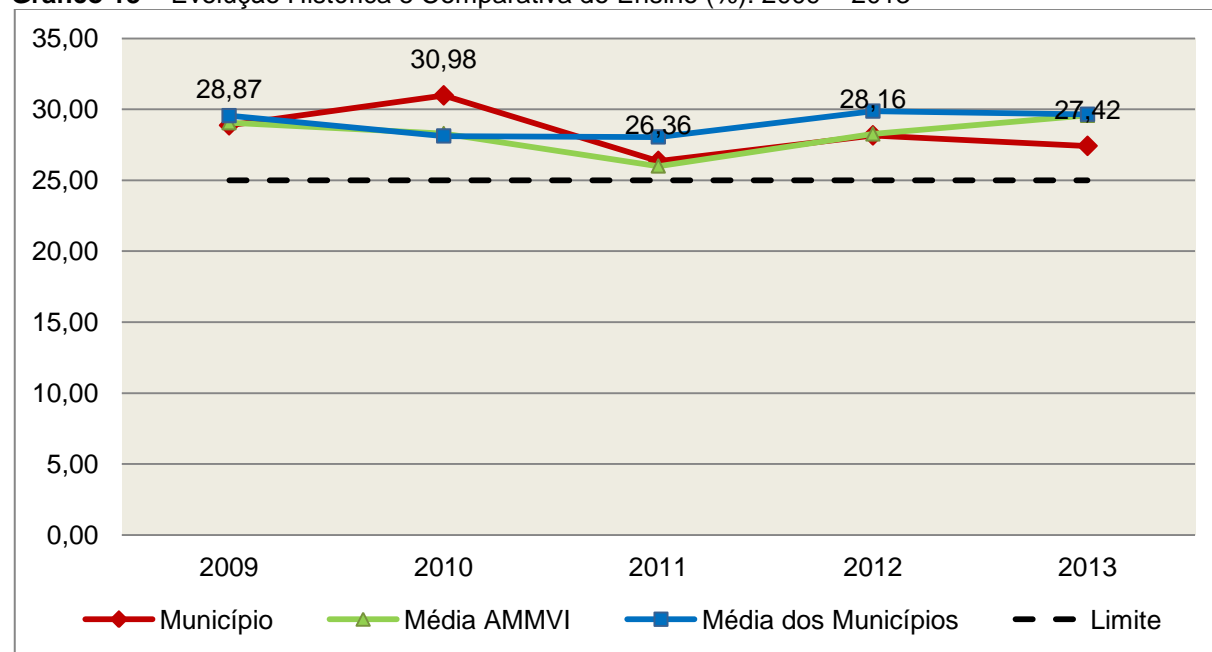
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	79.632.917,46	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	12.994.306,36	16,32
Educação Infantil	12.994.306,36	16,32
Valor Aplicado Ensino Fundamental	22.243.987,67	27,93
Ensino Fundamental	22.243.987,67	27,93
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	3.622.489,96	4,55
(-) Ganho com FUNDEB	9.689.566,70	12,17
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	89.856,75	0,11
Total das Despesas para efeito de Cálculo	21.836.380,62	27,42
Valor Mínimo a ser Aplicado	19.908.229,37	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	1.928.151,25	2,42

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Gaspar em 2013 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 14.737.899,29**, equivalendo a **67,86%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

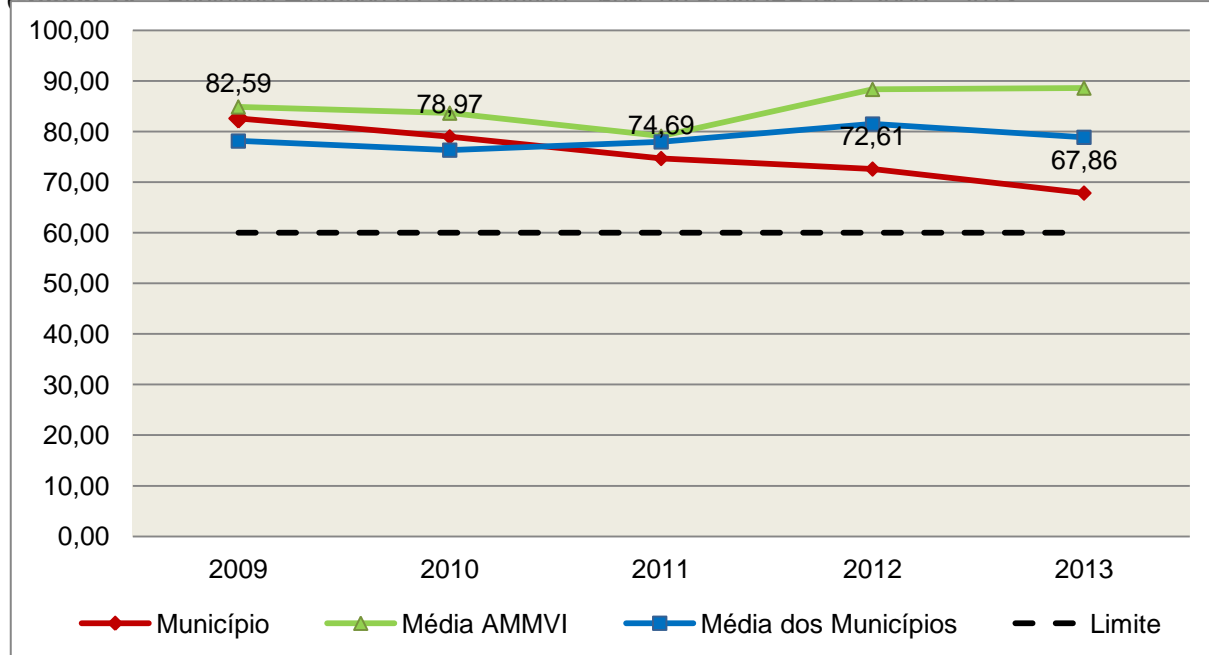
Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	21.627.545,67
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	89.856,75
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	21.717.402,42
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	13.030.441,45
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	14.737.899,29
Valor Acima do Limite	1.707.457,84

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 21.713.235,18**, equivalendo a **99,98%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2013

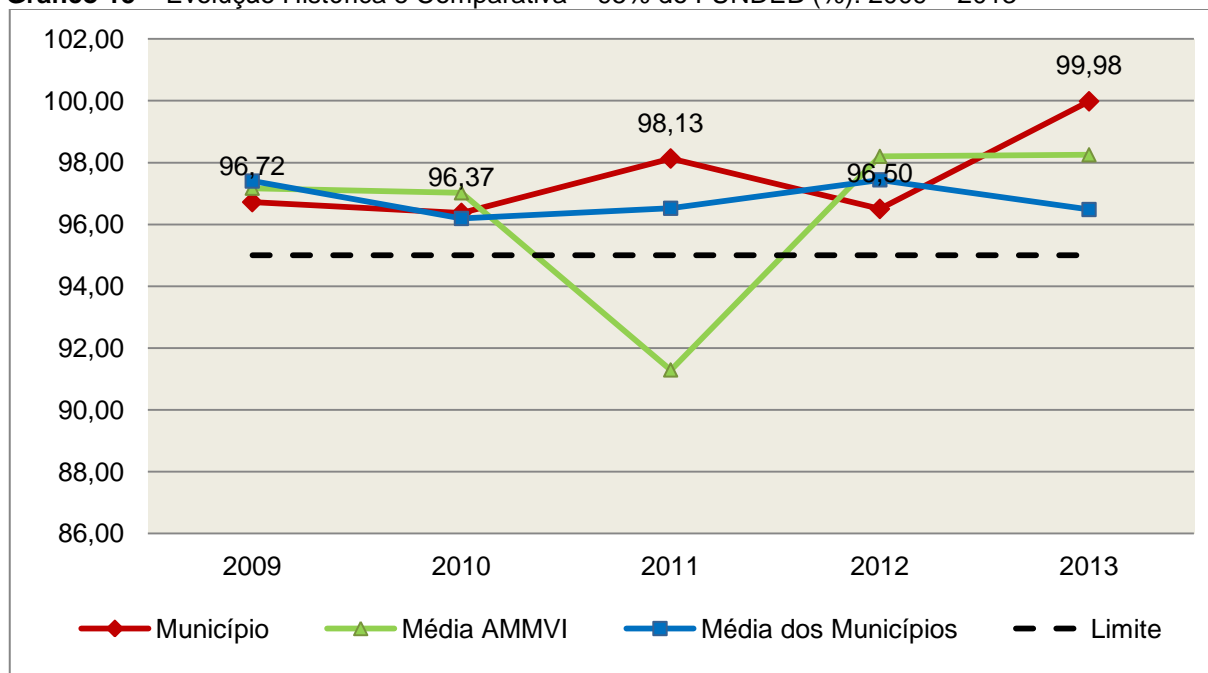
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	21.717.402,42
95% dos Recursos do FUNDEB	20.631.532,30
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	21.713.235,18
Valor Acima do Limite	1.081.702,88

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução orçamentária (despesas empenhadas, liquidadas e pagas e os restos a pagar inscritos no exercício com disponibilidade financeira, considerando-se ainda as possíveis exclusões relativas às despesas impróprias, entre outras).

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Gaspar ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 678.769,34, CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2013: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2013	4.167,24
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	4.167,24

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	124.956.784,71	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	74.974.070,83	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	60.955.123,03	48,78
Pessoal e Encargos	60.955.123,03	48,78
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	2.326.635,75	1,86
Pessoal e Encargos	2.326.635,75	1,86
Total das deduções das despesas com pessoal*	315.253,57	0,25
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	62.966.505,21	50,39
Valor Abaixo do Limite (60%)	12.007.565,62	9,61

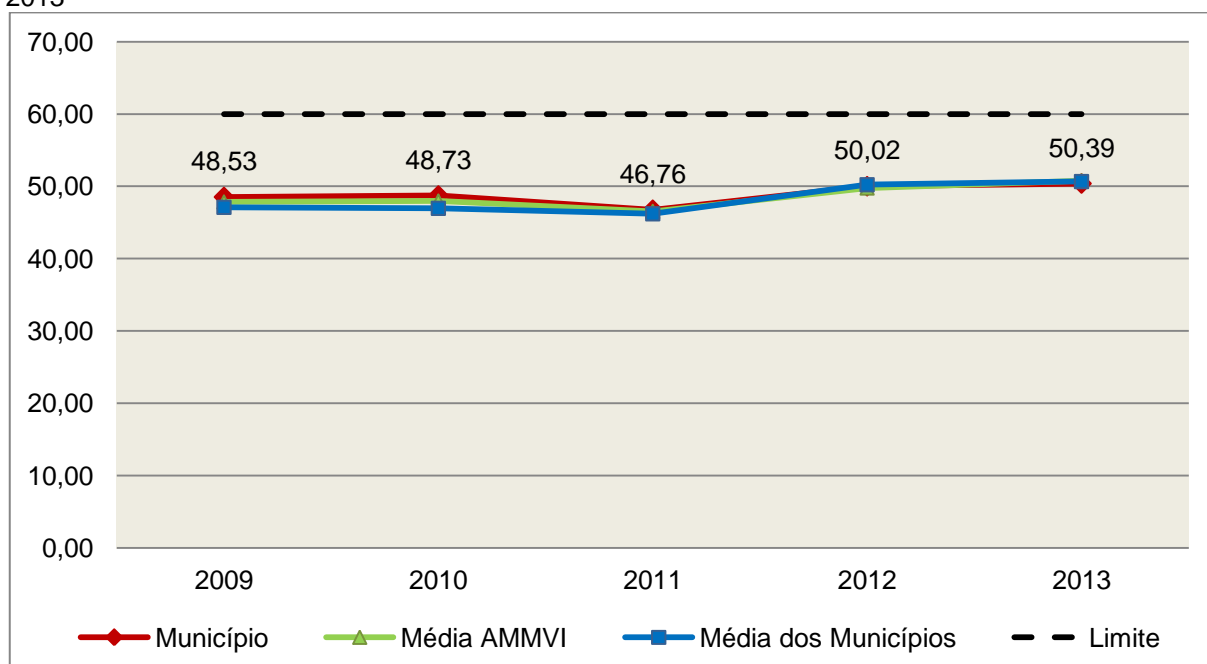
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **50,39%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Gaspar, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	124.956.784,71	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	67.476.663,74	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	60.955.123,03	48,78
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	315.253,57	0,25
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	60.639.869,46	48,53
Valor Abaixo do Limite (54%)	6.836.794,28	5,47

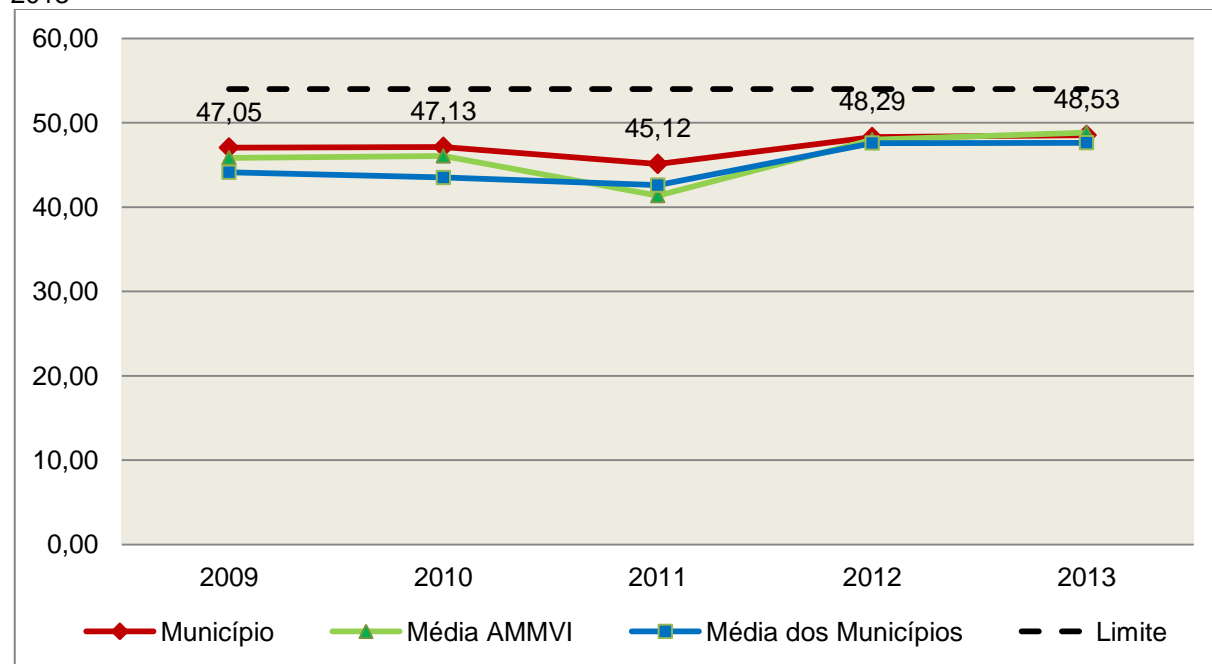
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **48,53%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2013

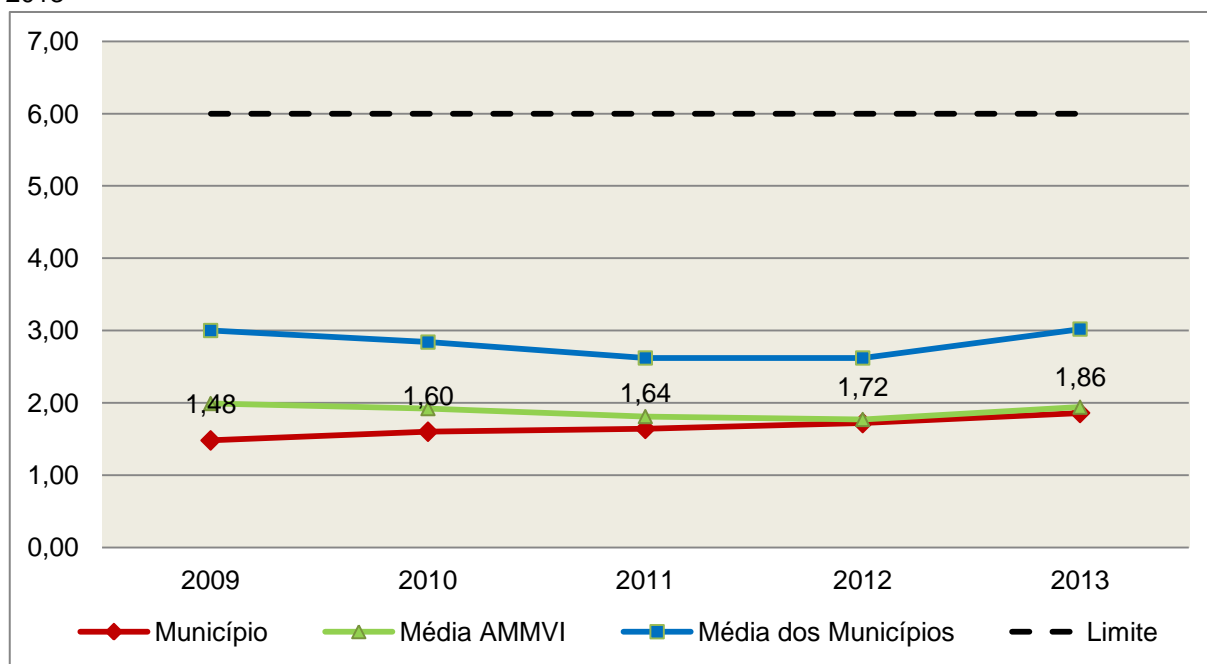
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	124.956.784,71	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.497.407,08	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	2.326.635,75	1,86
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	2.326.635,75	1,86
Valor Abaixo do Limite (6%)	5.170.771,33	4,14

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **1,86%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 19 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[....]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Gaspar**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas.

6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde,

inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal⁵.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade

⁵ Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Gaspar**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Saúde indica que as contas foram aprovadas.

6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Gaspar**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.3.1 Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Gaspar, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 191.092,85) representa 0,20% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 95.410.581,10).

Além disso, conforme documentação acostada ao processo às fls. 225 a 270, verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 237 a 249;

2) Houve a elaboração do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) A remuneração dos Conselheiros Tutelares foi paga com recursos da Fundo Assistência Social, conforme fls. 250 dos autos.

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Gaspar**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social indica que as contas foram aprovadas.

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Gaspar**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas.

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Gaspar**, a análise do Parecer do Conselho Municipal do Idoso indica que as contas foram aprovadas.

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Gaspar**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

I – QUANTO À FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	DESCUMPRIU

I – QUANTO AO CONTEÚDO	
DESPESA	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	CUMPRIU
b) o número do empenho	CUMPRIU
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	CUMPRIU
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	CUMPRIU
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	DESCUMPRIU
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	CUMPRIU

RECEITA (art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	CUMPRIU
b) lançamento	DESCUMPRIU
c) arrecadação	CUMPRIU

Fonte: Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 13/12/2013 (fls. 302/304 dos autos) .

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

8. RESTRIÇÕES APURADAS

8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

8.1.1 Divergência, no valor de **R\$ 10.246,13**, entre o saldo da Dívida Ativa apurada a partir da Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15 (R\$ 22.549.014,29) e o constante do Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 (R\$ 22.538.768,16), caracterizando afronta aos artigos 85 e 105 da referida Lei (Quadros 05 e 10, deste Relatório).

8.1.2 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, I e II da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c os artigos 4º II e 7º II do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).

9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 5.278.314,70
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 17.229.151,61
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	19,95%
4.2) Ensino	25,00%	27,42%
4.3) FUNDEB	60,00%	67,86%
	95,00%	99,98%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	50,39%
b) Poder Executivo	54,00%	48,53%
c) Poder Legislativo	6,00%	1,86%
4.5) L.C. N° 131/2009 E DEC. N° 7.185/2010	DESCUMPRIU	

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2013 do Município de Gaspar**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal** apurada no item **8.1**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades apontadas no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

III - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,
DMU/Divisão 9, em 24/06/2014.

MOEMA RIBEIRO DAUX
Auditor Fiscal de Controle Externo

LUCIA HELENA GARCIA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 9

De Acordo
Em 24/06/2014.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Coordenadoria de Controle de
Contas de Prefeito

Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Kliwer Schmitt
Diretor
Diretoria de Controle dos Municípios

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	8.347.677,00
Despesa excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	35.789,05
Despesas com inativos e Pensionistas	61.781,23
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	8.445.247,28

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	1.219.411,37
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	95.236,07
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	1.776.411,34
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	530.681,18
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	750,00
Total das deduções das despesas com Educação Básica	3.622.489,96

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Indenizações Restituições Trabalhistas (3.1.90.94 e 3.1.91.94)	315.253,57
Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo	315.253,57
Total das deduções das despesas com pessoal	315.253,57

APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
23 - Transferências de Convênios: Saúde	2013	301	270.000,00	207.072,70	207.072,70
64 - Atenção Básica	2013	301	4.079.649,42	3.975.263,56	3.922.023,96
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2013	301	620.355,89	567.186,29	560.760,42
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2013	302	1.467.764,79	1.430.313,42	1.414.365,28
66 - Vigilância em Saúde	2013	301	84.305,34	75.707,57	68.256,06
66 - Vigilância em Saúde	2013	304	22.521,53	22.521,53	22.521,53
66 - Vigilância em Saúde	2013	305	157.226,72	146.138,06	146.138,06
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2013	301	950.273,31	945.968,08	929.316,37
70 - Gestão SUS	2013	301	19.653,47	19.653,47	19.653,47
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	2013	302	675.926,53	650.463,31	650.463,31
TOTAL			8.347.677,00	8.040.287,99	7.940.571,16

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	304	1918	05/11/2013	DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	191,53	191,53	191,53	Ref. pagamento de infração de trânsito, veículo placa MJR 6169 reanavam 00279359950, nº do auto 814755629804 dia 21/11/2012, servidor Newton C. Almeida.
Fundo Municipal de Saúde de Gaspar	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	313	22/02/2013	BOLSISTAS SAÚDE	4.428,00	4.428,00	4.428,00	Ref. pagamento dos estágios do Fundo de Saúde, vigilância epidemiológica, saúde da mulher, SAI, PACS/ESF.
Fundo Municipal de Saúde de Gaspar	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1204	19/07/2013	BOLSISTAS SAÚDE	4.139,00	4.139,00	4.139,00	Ref. pagamento dos estágios do Fundo de Saúde, vigilância epidemiológica, saúde da mulher, SAI, Pacs/ESF.
Fundo Municipal de Saúde de Gaspar	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2037	29/11/2013	BOLSISTAS SAÚDE	722,71	722,71	722,71	Ref. pagamento dos estágios do Fundo de Saúde, vigilância epidemiológica, saúde da mulher, SAI, Pacs/ESF.
Fundo Municipal de Saúde de Gaspar	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2102	29/11/2013	DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	68,10	68,10	68,10	Ref. pagamento de infração de trânsito, veículo placa MJZ 1029-SC, nº do auto R252206002 dia 09/08/2013, servidor Jorge Dellarosa.
Fundo Municipal	02 - Receitas de	302	847	15/05/2013	DENIS A. MORITZ	60,00	60,00	60,00	Ref. pagamento de diária, conforme roteiro de viagem anexo.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
de Saúde de Gaspar	Impostos e Transf de impostos: Saúde								Rio do Sul SC. Levar estudantes para semana de Dança.
Fundo Municipal de Saúde de Gaspar	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	848	15/05/2013	BOLSISTAS SAÚDE	4.577,00	4.577,00	4.577,00	Ref. pagamento dos estágios do Fundo de Saúde, vigilância epidemiológica, saúde da mulher, SAI, PACS/ESF.
Fundo Municipal de Saúde de Gaspar	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	894	15/05/2013	BOLSISTAS SAÚDE	2,76	2,76	2,76	Ref. pagamento dos estágios do Fundo de Saúde, vigilância epidemiológica, saúde da mulher, SAI, PACS/ESF.
Fundo Municipal de Saúde de Gaspar	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	1036	20/06/2013	BOLSISTAS SAÚDE	439,53	439,53	439,53	Ref. pagamento dos estágios do Fundo de Saúde, vigilância epidemiológica, saúde da mulher, SAI, PACS/ESF.
Fundo Municipal de Saúde de Gaspar	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	1136	24/06/2013	BOLSISTAS SAÚDE	4.140,00	4.140,00	4.140,00	Ref. pagamento dos estágios do Fundo de Saúde, vigilância epidemiológica, saúde da mulher, SAI, PACS/ESF. Em substituição ao empenho 995/2013.
Fundo Municipal de Saúde de Gaspar	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	1422	20/08/2013	BOLSISTAS SAÚDE	4.139,00	4.139,00	4.139,00	Ref. pagamento dos estágios do Fundo de Saúde, vigilância epidemiológica, saúde da mulher, SAI, Pacs/ESF.
Fundo Municipal de Saúde de Gaspar	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	1981	12/11/2013	BOLSISTAS SAÚDE	3.387,00	3.387,00	3.387,00	Ref. pagamento dos estágios do Fundo de Saúde, vigilância epidemiológica, saúde da mulher, SAI, Pacs/ESF.
Fundo Municipal de Saúde de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	304	1519	02/09/2013	BOLSISTAS SAÚDE	4.141,96	4.141,96	4.141,96	Ref. pagamento dos estágios do Fundo de Saúde, vigilância epidemiológica, saúde da mulher, SAI, Pacs/ESF.
Fundo Municipal de Saúde de Gaspar	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	113	15/01/2013	DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	68,10	68,10	68,10	Ref. pagamento de multa de trânsito nº 8590056403 veículo MEE 8964 renavam 962538175, a ser descontado do servidor Ana Maria Miguel Gomes da Silva.
Fundo Municipal de Saúde de Gaspar	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	629	16/04/2013	ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM	250,00	250,00	250,00	Inscrição em curso "9º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos, realizado nos dias 07, 08 e 09 de maio em Florianópolis.
Fundo Municipal de Saúde de Gaspar	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	638	16/04/2013	BOLSISTAS SAÚDE	4.706,36	4.706,36	4.706,36	Ref. pagamento dos estágios do Fundo de Saúde, vigilância epidemiológica, saúde da mulher, SAI, Pacs/ESF.
Fundo Municipal de Saúde de Gaspar	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1231	22/07/2013	BOLSISTAS SAÚDE	2,36	2,36	2,36	Ref. pagamento dos estágios do Fundo de Saúde, vigilância epidemiológica, saúde da mulher, SAI, Pacs/ESF. Complemento do empenho 1204/2013.
Fundo Municipal de Saúde de Gaspar	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1608	23/09/2013	DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	68,10	68,10	68,10	Ref. pagamento de infração de trânsito, veículo placa MDW 7364 reanavam 00959762485, nº do auto 8147003383 dia 24/07/2013, servidor Juarez Connick.
Fundo Municipal	02 - Receitas de	301	1609	23/09/2013	DETRAN -	102,15	102,15	102,15	Ref. pagamento de infração de trânsito, veículo placa MDW

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
de Saúde de Gaspar	Impostos e Transf de impostos: Saúde				DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO				7847 reanavam 00895911922, nº do auto 814755630601 dia 11/12/2012, servidor Marcos José Schmitz.
Fundo Municipal de Saúde de Gaspar	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1757	09/10/2013	DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	85,13	85,13	85,13	Ref. pagamento de infração de trânsito, veículo placa MKI 4037 reanavam 495207900, nº do auto 100R250015943 dia 14/05/2013, servidor Edson Carlos Pereira.
Fundo Municipal de Saúde de Gaspar	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2101	29/11/2013	DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	68,10	68,10	68,10	Ref. pagamento de infração de trânsito, veículo placa MKI 4037 reanavam 00495207900, nº do auto 8795032954 dia 23/09/2013, servidor Edson Carlos Pereira.
Fundo Municipal de Saúde de Gaspar	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	1426	20/08/2013	BOLSISTAS SAÚDE	2,16	2,16	2,16	Ref. pagamento dos estágios do Fundo de Saúde, vigilância epidemiológica, saúde da mulher, SAI, Pacs/ESF. Complemento do empenho 1422/2013.
TOTAL						35.789,05	35.789,05	35.789,05	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2013	365	253.096,85	217.123,35	217.123,35
58 - Salário Educação	2013	365	966.314,52	548.019,59	546.485,02
TOTAIS			1.219.411,37	765.142,94	763.608,37

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	365	532	24/01/2013	INATIVOS ED. INFANTIL	2.421,00	2.421,00	2.421,00	Pago dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED. INFANTIL, ref. 01/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	365	1064	27/02/2013	INATIVOS ED. INFANTIL	2.421,00	2.421,00	2.421,00	Pago dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED. INFANTIL, ref. 02/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	365	2306	29/04/2013	INATIVOS ED. INFANTIL	2.581,00	2.581,00	2.581,00	Pago dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED. INFANTIL, ref. 04/2013.
Prefeitura	00 - Recursos	365	4089	29/07/2013	INATIVOS ED. INFANTIL	2.581,00	2.581,00	2.581,00	Pago dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Municipal de Gaspar	Ordinários								INFANTIL, ref. 07/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	365	5090	30/09/2013	INATIVOS ED. INFANTIL	2.582,00	2.582,00	2.582,00	Pagto dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED. INFANTIL, ref. 09/2013
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	365	6312	27/11/2013	INATIVOS ED. INFANTIL	2.582,00	2.582,00	2.582,00	Pagto dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED. INFANTIL, ref. 11/2013
Prefeitura Municipal de Gaspar	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	33	02/01/2013	BOLSISTAS - CIEE - EDUCAÇÃO - outros	59.912,25	59.912,25	59.912,25	Pgto dos vencimentos aos Estagiários, C.I.E.E na EDUCAÇÃO INFANTIL, ref. exercício de 2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	477	02/01/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE	3.375,00	3.375,00	3.075,00	Contratação de empresa para a prestação de serviços de administração de estágio para estudantes de nível médio e nível superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	365	1606	27/03/2013	INATIVOS ED. INFANTIL	2.582,00	2.582,00	2.582,00	Pagto dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED. INFANTIL, ref. 03/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	365	2793	27/05/2013	INATIVOS ED. INFANTIL	2.582,00	2.582,00	2.582,00	Pagto dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED. INFANTIL, ref. 05/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	365	3284	14/06/2013	INATIVOS ED. INFANTIL	1.290,82	1.290,82	1.290,82	Pagto Adiantamento 13º Salário INATIVOS INATIVOS ED. INFANTIL
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	365	3575	25/06/2013	INATIVOS ED. INFANTIL	2.582,00	2.582,00	2.582,00	Pagto dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED. INFANTIL, ref. 06/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	365	4638	29/08/2013	INATIVOS ED. INFANTIL	2.582,00	2.582,00	2.582,00	Pagto dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED. INFANTIL, ref. 08/2013
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	365	5664	23/10/2013	INATIVOS ED. INFANTIL	2.581,00	2.581,00	2.581,00	Pagto dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED. INFANTIL, ref. 10/2013
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	365	6805	16/12/2013	INATIVOS ED. INFANTIL	2.581,00	2.581,00	2.581,00	Pagto dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED. INFANTIL, ref. 12/2013
TOTAL						95.236,07	95.236,07	94.936,07	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2013	361	726.137,84	726.137,84	723.565,34
58 - Salário Educação	2013	361	977.579,43	863.137,09	848.578,52
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2013	361	72.694,07	72.694,07	72.694,07
TOTAL			1.776.411,34	1.661.969,00	1.644.837,93

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	478	02/01/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE	5.425,00	5.425,00	4.525,00	Contratação de empresa para a prestação de serviços de administração de estágio para estudantes de nível médio e nível superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	537	24/01/2013	INATIVOS EDUCAÇÃO	8.525,70	8.525,70	8.525,70	Pago dos vencimentos aos INATIVOS EDUCAÇÃO, ref. 01/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	1074	27/02/2013	INATIVOS EDUCAÇÃO	8.523,70	8.523,70	8.523,70	Pago dos vencimentos aos INATIVOS EDUCAÇÃO, ref. 02/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	1607	27/03/2013	INATIVOS ED. FUNDAMENTAL	23.166,70	23.166,70	23.166,70	Pago dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED.FUNDAMENTAL, ref. 03/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	2307	29/04/2013	INATIVOS ED. FUNDAMENTAL	22.565,58	22.565,58	22.565,58	Pago dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED.FUNDAMENTAL, ref. 04/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	2311	29/04/2013	INATIVOS EDUCAÇÃO	9.091,50	9.091,50	9.091,50	Pago dos vencimentos aos INATIVOS EDUCAÇÃO, ref. 04/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	2880	27/05/2013	MARIA DAS GRAÇAS DA COSTA	345,00	345,00	345,00	Pgto diária: deslocamento 06/06/2013, retorno 07/06/2013, destino Florianópolis/SC. Finalidade: II Encontro Catarinense de Alimentação Escolar. Cfe. roteiro de viagem anexo.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	3285	14/06/2013	INATIVOS ED. FUNDAMENTAL	10.601,54	10.601,54	10.601,54	Pago Adiantamento 13º Salário INATIVOS INATIVOS ED.FUNDAMENTAL
Prefeitura	00 - Recursos	361	3288	14/06/2013	INATIVOS EDUCAÇÃO	4.545,44	4.545,44	4.545,44	Pago Adiantamento 13º Salário aos INATIVOS EDUCAÇÃO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Gaspar	Ordinários								
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	3581	25/06/2013	INATIVOS EDUCAÇÃO	9.090,74	9.090,74	9.090,74	Pagto dos vencimentos aos INATIVOS EDUCAÇÃO, ref. 06/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	3582	25/06/2013	INATIVOS ED. FUNDAMENTAL	22.565,03	22.565,03	22.565,03	Pagto dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED.FUNDAMENTAL, ref. 06/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	4094	29/07/2013	INATIVOS EDUCAÇÃO	9.090,74	9.090,74	9.090,74	Pagto dos vencimentos aos INATIVOS EDUCAÇÃO, ref. 07/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	4644	29/08/2013	INATIVOS EDUCAÇÃO	9.089,74	9.089,74	9.089,74	Pagto dos vencimentos aos INATIVOS EDUCAÇÃO, ref. 08/2013
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	5095	30/09/2013	INATIVOS EDUCAÇÃO	9.092,27	9.092,27	9.092,27	Pagto dos vencimentos aos INATIVOS EDUCAÇÃO, ref. 09/2013
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	5822	23/10/2013	INATIVOS ED. FUNDAMENTAL	22.567,23	22.567,23	22.567,23	Pagto dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED.FUNDAMENTAL, ref. 10/2013
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	6178	20/11/2013	EDSON SILVA	60,00	60,00	60,00	Pgto. diárias, deslocamento 23/11/2013, destino: Brusque/SC. Finalidade: Levar instrumentos para o concurso de bandas e fanfarras. Cfe. roteiro de viagem em anexo.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	6317	27/11/2013	INATIVOS ED. FUNDAMENTAL	22.566,34	22.566,34	22.566,34	Pagto dos vencimentos aos INATIVOS - ref. 11/2013
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	6596	09/12/2013	INATIVOS ED. FUNDAMENTAL	11.373,95	11.373,95	11.373,95	Pagto 13º Salário INATIVOS INATIVOS ED.FUNDAMENTAL 2013
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	6807	16/12/2013	INATIVOS ED. FUNDAMENTAL	22.575,34	22.575,34	22.575,34	Pagto dos vencimentos aos INATIVOS - ref. 12/2013
Prefeitura Municipal de Gaspar	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	304	02/01/2013	WESLEY LIMA	2.200,00	2.200,00	2.200,00	Prestação de serviços de transporte refrigerado dos alimentos de doação para as escolas municipais
Prefeitura Municipal de Gaspar	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5750	23/10/2013	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA ME	621,25	621,25	621,25	Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, conforme Ata de Registro de Preço Nº 32/2013.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Gaspar	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5751	23/10/2013	ARTURS RESTAURANTE LTDA.	900,00	900,00	900,00	Aquisição de alimentos prontos para serem servidos aos professores, conselheiros e escolares e membros da comunidade que estarão participando do Seminário PNAIC, no dia 08/11/2013. Ata de Registro de Preço Nº 31/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5978	06/11/2013	COMERCIO DE TOALHAS BERTOLDI & ZUCHI LTDA - ME	1.005,00	1.005,00	1.005,00	Confecção de bolsas de TNT, para utilização na Biblioteca Pública Municipal Dom Daniel Hostins.
Prefeitura Municipal de Gaspar	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6085	12/11/2013	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA ME	40,21	40,21	40,21	Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, conforme Ata de Registro de Preço Nº 32/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6122	18/11/2013	KARLA MEDEIROS LUIZ LOPEZ	300,00	300,00	300,00	Pago. de diária: deslocamento 20/11/2013, retorno 21/11/2013, destino Lages. Finalidade: Seminário Catarinense de desenvolvimento social "Segurança Alimentar e Nutricional". Cfe. roteiro de viagem anexo.
Prefeitura Municipal de Gaspar	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6183	20/11/2013	GILBERTO FERNANDES DE SOUZA	45,00	45,00	45,00	Pgto. diárias, deslocamento 23/11/2013, destino: Brusque/SC. Finalidade: Transportar bandas de Gaspar para o concurso de bandas e fanfarras. Cfe. roteiro de viagem em anexo.
Prefeitura Municipal de Gaspar	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6242	26/11/2013	GILBERTO FERNANDES DE SOUZA	30,00	30,00	30,00	Complemento do empenho ref mais uma refeição, Pgto. diárias, deslocamento 23/11/2013, destino: Brusque/SC. Finalidade: Transportar bandas de Gaspar para o concurso de bandas e fanfarras. Cfe. roteiro de viagem em anexo.
Prefeitura Municipal de Gaspar	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6400	27/11/2013	ACT'S ED. FUNDAMENTAL	526,34	526,34	526,34	Pgto Auxílio-alimentação em pecúnia aos professores em efetivo exercício, ACT'S ED. FUNDAMENTAL ref. 11/2013
Prefeitura Municipal de Gaspar	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6563	05/12/2013	NAIR SEIDLER GORGES EPP	298,00	298,00	298,00	Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, conforme Ata de Registro de Preço Nº 32/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6851	16/12/2013	BOLSISTAS - CIEE - EDUCAÇÃO - outros	7.365,55	7.365,55	7.365,55	Pgto dos vencimentos aos Estagiários, C.I.E.E na EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, ref. 12/ 2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	533	24/01/2013	INATIVOS ED. FUNDAMENTAL	21.343,93	21.343,93	21.343,93	Pago dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED.FUNDAMENTAL, ref. 01/2013.
Prefeitura Municipal de	00 - Recursos Ordinários	361	1067	27/02/2013	INATIVOS ED. FUNDAMENTAL	21.346,93	21.346,93	21.346,93	Pago dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED.FUNDAMENTAL, ref. 02/2013.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Gaspar									
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	1611	27/03/2013	INATIVOS EDUCAÇÃO	9.090,50	9.090,50	9.090,50	Pago dos vencimentos aos INATIVOS EDUCAÇÃO, ref. 03/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	2487	30/04/2013	JOSÉ LANZMASTER FILHO - ME	16,50	16,50	16,50	Confecção de carimbo para a Psicóloga Silvia Raquel S. Boniati da Secretaria Municipal de Educação.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	2794	27/05/2013	INATIVOS ED. FUNDAMENTAL	22.569,03	22.569,03	22.569,03	Pago dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED.FUNDAMENTAL, ref. 05/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	2798	27/05/2013	INATIVOS EDUCAÇÃO	9.090,74	9.090,74	9.090,74	Pago dos vencimentos aos INATIVOS EDUCAÇÃO, ref. 05/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	2878	27/05/2013	KARLA MEDEIROS LUIZ LOPEZ	345,00	345,00	345,00	Pgto diária: deslocamento 06/06/2013, retorno 07/06/2013, destino Florianópolis/SC. Finalidade: II Encontro Catarinense de Alimentação Escolar. Cfe. roteiro de viagem anexo.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	2879	27/05/2013	VALÉRIA T. SCHMITT DA CRUZ	345,00	345,00	345,00	Pgto diária: deslocamento 06/06/2013, retorno 07/06/2013, destino Florianópolis/SC. Finalidade: II Encontro Catarinense de Alimentação Escolar. Cfe. roteiro de viagem anexo.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	3038	29/05/2013	EDSON SILVA	15,00	15,00	15,00	Pgto. diárias, deslocamento 06/06/2013, destino: Balneário Camboriú/SC. Finalidade: Transporte de Maria das Graças e Valéria da Cruz até Balneário, para curso de Alimentação Escolar, realizado em Florianópolis. Cfe. roteiro de viagem em anexo.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	4090	29/07/2013	INATIVOS ED. FUNDAMENTAL	22.568,03	22.568,03	22.568,03	Pago dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED.FUNDAMENTAL, ref. 07/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	4639	29/08/2013	INATIVOS ED. FUNDAMENTAL	22.567,23	22.567,23	22.567,23	Pago dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED.FUNDAMENTAL, ref. 08/2013
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	5094	30/09/2013	INATIVOS ED. FUNDAMENTAL	22.565,23	22.565,23	22.565,23	Pago dos vencimentos INATIVOS INATIVOS ED.FUNDAMENTAL, ref. 09/2013
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	5823	23/10/2013	INATIVOS EDUCAÇÃO	9.090,27	9.090,27	9.090,27	Pago dos vencimentos aos INATIVOS EDUCAÇÃO, ref. 10/2013
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	6318	27/11/2013	INATIVOS EDUCAÇÃO	9.090,27	9.090,27	9.090,27	Pago dos vencimentos aos INATIVOS, ref. 11/2013
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	6600	09/12/2013	INATIVOS EDUCAÇÃO	4.545,34	4.545,34	4.545,34	Pago 13º Salário aos INATIVOS EDUCAÇÃO 2013



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Gaspar									
Prefeitura Municipal de Gaspar	00 - Recursos Ordinários	361	6820	16/12/2013	INATIVOS EDUCAÇÃO	9.092,27	9.092,27	9.092,27	Pagto dos vencimentos aos INATIVOS , ref. 12/2013
Prefeitura Municipal de Gaspar	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	34	02/01/2013	BOLSISTAS - CIEE - EDUCAÇÃO - outros	100.000,00	100.000,00	100.000,00	Pgto dos vencimentos aos Estagiários, C.I.E.E na EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, ref. exercício de 2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2745	20/05/2013	ANASTACIO MOREIRA	1.548,00	1.548,00	1.548,00	Aquisição de gêneros alimentícios para realização da II CONAE - Conferência Nacional de Educação, nos dias 21 e 22/05/2013. Ata de Registro de Preço Nº 24/2012.
Prefeitura Municipal de Gaspar	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5061	25/09/2013	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA ME	500,07	500,07	500,07	Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, conforme Ata de Registro de Preço Nº 32/2013.
Prefeitura Municipal de Gaspar	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6121	18/11/2013	VALÉRIA T. SCHMITT DA CRUZ	300,00	300,00	300,00	Pagto. de diária: deslocamento 20/11/2013, retorno 21/11/2013, destino Lages. Finalidade: Seminário Catarinense de desenvolvimento social "Segurança Alimentar e Nutricional". Cfe. roteiro de viagem anexo.
Prefeitura Municipal de Gaspar	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6553	05/12/2013	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA ME	458,95	458,95	458,95	Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, conforme Ata de Registro de Preço Nº 32/2013.
TOTAL						530.681,18	530.681,18	529.781,18	

Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos:

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA				OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Superávit / Déficit
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados		
		Aumenta	Diminui						
	RECURSOS VINCULADOS								
0	1.145.167,79	0,00	0,00	1.145.167,79	0,00	0,00	3.251,94	1.141.915,85	Superávit
16	3.361,33	0,00	0,00	3.361,33	0,00	0,00	1.400,00	1.961,33	Superávit
17	317.996,84	0,00	0,00	317.996,84	0,00	316.391,38	0,00	1.605,46	Superávit
18	4.167,24	0,00	0,00	4.167,24	0,00	0,00	0,00	4.167,24	Superávit
19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
22	974.889,48	0,00	0,00	974.889,48	52,50	2.572,50	35.973,50	936.290,98	Superávit
23	482.643,43	0,00	0,00	482.643,43	0,00	0,00	62.927,30	419.716,13	Superávit
24	591.273,25	0,00	0,00	591.273,25	0,00	308.916,09	194.985,40	87.371,76	Superávit
43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
44	153.296,60	0,00	0,00	153.296,60	445,83	2.224,38	41.346,80	109.279,59	Superávit
45	162.987,32	0,00	0,00	162.987,32	505,41	1.310,64	43.779,10	117.392,17	Superávit
46	183,91	0,00	0,00	183,91	0,00	0,00	0,00	183,91	Superávit
47	28.681,42	0,00	0,00	28.681,42	0,00	0,00	0,00	28.681,42	Superávit
48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
49	43.609,69	0,00	0,00	43.609,69	0,00	0,00	0,00	43.609,69	Superávit
50	10.210,32	0,00	0,00	10.210,32	0,00	0,00	0,00	10.210,32	Superávit
51	65.677,12	0,00	0,00	65.677,12	0,00	0,00	0,00	65.677,12	Superávit
52	139.818,23	0,00	0,00	139.818,23	82,97	9.659,57	187,92	129.887,77	Superávit
53	120.104,92	0,00	0,00	120.104,92	0,00	18.174,80	9.257,51	92.672,61	Superávit
54	154.937,46	0,00	0,00	154.937,46	0,00	6.042,76	12.456,53	136.438,17	Superávit
55	1.789.159,75	0,00	0,00	1.789.159,75	0,00	7.677,79	453,00	1.781.028,96	Superávit
56	449.741,84	0,00	0,00	449.741,84	4.817,34	56.858,07	41.064,64	347.001,79	Superávit
58	1.307.461,77	0,00	0,00	1.307.461,77	2.596,58	16.093,14	532.737,27	756.034,78	Superávit
60	96.383,00	0,00	0,00	96.383,00	0,00	0,00	0,00	96.383,00	Superávit
61	6.370,81	0,00	0,00	6.370,81	0,00	0,00	0,00	6.370,81	Superávit
62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
63	31.025,69	0,00	0,00	31.025,69	0,00	1.493,88	0,00	29.531,81	Superávit
64	760.363,05	0,00	0,00	760.363,05	383,52	57.303,40	104.385,86	598.290,27	Superávit
65	501.002,00	0,00	0,00	501.002,00	476,85	22.434,01	90.620,97	387.470,17	Superávit
66	296.784,49	0,00	0,00	296.784,49	0,00	7.451,51	19.686,43	269.646,55	Superávit

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA				OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Superávit / Déficit
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados		
		Aumenta	Diminui						
67	160.313,44	0,00	0,00	160.313,44	0,00	16.651,71	4.305,23	139.356,50	Superávit
70	449,07	0,00	0,00	449,07	0,00	0,00	0,00	449,07	Superávit
71	16.020,65	0,00	0,00	16.020,65	0,00	0,00	25.463,42	-9.442,77	Déficit
72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
83	503,94	0,00	0,00	503,94	0,00	0,00	0,00	503,94	Superávit
89	108.301,76	0,00	0,00	108.301,76	0,00	0,00	0,00	108.301,76	Superávit
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA									-9.442,77
RECURSOS ORDINÁRIOS									
0	11.403.428,64	0,00	0,00	11.403.428,64	88.650,14	308.718,45	1.699.463,97	9.306.596,08	
1	75.662,62	0,00	0,00	75.662,62	1.431,83	21.696,04	3.859,94	48.674,81	
2	1.172.986,78	0,00	0,00	1.172.986,78	162.790,38	242.498,05	731.805,79	35.892,56	
T.	12.652.078,04	0,00	0,00	12.652.078,04	252.872,35	572.912,54	2.435.129,70	9.391.163,45	Superávit